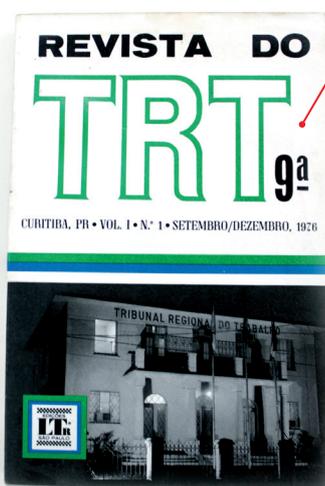


NONA



Informativo do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná | Ano XV | Número 180

Magistrados e servidores atendem à convocação por acervo histórico



Primeira Revista do TRT da 9ª Região (1976)



Processos restaurados do ano de 1976



Fitas magnéticas utilizadas na gravação das primeiras sessões do TRT



Fotografias históricas do TRT 9ª Região

Luiz Munhoz

Vara Itinerante de Medianeira

Em 5 de fevereiro foi instalada a Vara Itinerante do Trabalho de Medianeira, vinculada à Vara de Foz do Iguaçu.

▶ PÁGINAS 6 E 7

Mutirão Carcerário

Servidores da Justiça do Trabalho participam do mutirão promovido pelo Conselho Nacional de Justiça

▶ PÁGINAS 10 E 11

▶ **Formatura na Escola Judicial** p.02

▶ **TRT-PR julga mais rápido** p.09

▶ **Majoria cumpre Meta 2** p.14

▶ **Responsabilidade ambiental** p.16

Formatura dos novos juízes

A Justiça do Trabalho paranaense já conta com o reforço dos 13 juízes substitutos recentemente empossados, oriundos do concurso público realizado em 2009, que concluíram o terceiro Curso de Formação Inicial para juízes vitaliciandos, da Escola Judicial do TRT da 9ª Região. Foram 60 dias de atividades destinadas a preparar os novos magistrados. Segundo o juiz Paulo Henrique Kretzschmar e Conti, o curso, que ele coordenou, pretende acelerar, em um ambiente controlado, o contato com colegas e com situações do cotidiano da magistratura, de modo a atenuar as dificuldades que todos enfrentam no início da carreira.

Na formatura, realizada em 15 de janeiro, o presidente do TRT-PR, desembargador Ney José de Freitas, para inspirar os novos juízes, relembrou uma frase atribuída a São Jerônimo: "Vivei como se todo dia tivesses de morrer. Estudai como se todo dia tivesses de viver." No caso de um juiz, com suas responsabilidades, disse Ney José de Freitas, "esse ensinamento de conduta pessoal adquire uma dimensão coletiva, pois um juiz deve viver e estudar como se todo dia dele dependessem a vida, a morte, a felicidade e a dignidade dos outros, os cidadãos que o procuram em busca de justiça."

O Diretor da EJ, desembargador Luiz Eduardo Gunther, destacou que a sociedade espera muito da magistratura, mas há um norte que pode ser seguido "que advém da nossa formação jurídica e ética: seguir a nossa consciência". Aos juízes que iniciam suas atividades, desejou realização profissional e que ofereçam o melhor de si ao engrandecimento da Justiça do Trabalho, recordando palavras do Ministro Ernani Sátiro: "Tentarei ser juiz. Só isto. Nem inclinado à clemência, nem à severidade. Juiz sem adjetivo. Juiz, a julgar, não apenas com o cérebro mas também com o coração. Julgar com todo o ser. Com os meus nervos, com o meu sangue, com a minha tranquilidade, mas também com a minha emoção. Há uma palavra que pode resumir tudo isso: consciência."



Em primeiro plano, os juízes que concluíram o terceiro Curso de Formação Inicial, promovido pela Escola Judicial. Ao fundo, desembargadores, juízes de primeiro grau e o Procurador Chefe do Ministério Público do Trabalho do Paraná (PRT - 9ª Região)

RETIFICAÇÃO

A juíza Ziula Cristina da Silveira Sbroglie e os servidores da Vara do Trabalho de Cornélio Procópio esclarecem que o volume de arrecadação de alimentos na campanha de Natal, pelo Movimento Cornélio Solidária, foi de 13,9 toneladas, e não 5,5 toneladas, como informou o Nona de janeiro. Foram contempladas pelo projeto várias comunidades, entre elas a Vila Nova, mencionada na edição, assim como várias organizações, a exemplo da associação de catadores de resíduos. Além de alimentos, foram distribuídos livros, revistas, sapatos, roupas e brinquedos. Mais de 2.250 pessoas foram atendidas com as 564 cestas elaboradas com doações.

Expediente

Informativo NONA

Publicação mensal do TRT-PR

Presidente:

Desembargador Ney José de Freitas

Vice-Presidente:

Desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão

Corregedor Regional:

Desembargador Arnor Lima Neto

Diretor-Geral:

Eduardo Silveira Rocha

Secretária-Geral da Presidência:

Rosana de Lurdes Mendes

Secretária do Tribunal Pleno, Órgão Especial e Seção Especializada:

Ana Cristina Navarro Lins

Assessor de Comunicação Social e

Jornalista Responsável:

Gladimir Nascimento

Assessora de Imprensa:

Flaviane Galafassi

Redação:

Flaviane Galafassi, Gladimir Nascimento, Irene Ploker, Nelson Copruchinski, Luiz Munhoz e Rossana Tuoto

Fotografia:

Inara Passos, Luiz Munhoz, Thyra Wolk e arquivo do TRT-PR

Revisão:

César Caldas, Rose Montes e Rossana Tuoto

Projeto gráfico:

Joel Alexandre Gogola

Tiragem:

500 exemplares

Impressão:

Gráfica Radial Ltda

Sugestões e opiniões para o NONA:

Assessoria de Comunicação Social do TRT
Av. Vicente Machado, 147 - 6º andar - Curitiba-PR
Fone: 41 3310-7309 - Fone/Fax: 41 3310-7171
ascom@trt9.jus.br

Missão do TRT-PR

"Solucionar os conflitos provenientes das relações trabalhistas com qualidade, agilidade, uso responsável dos recursos e respeito ao cidadão".

Visão do TRT-PR

"Ser reconhecido como referencial de qualidade e agilidade na prestação jurisdicional trabalhista"

Magistrados e servidores respondem à convocação em busca do acervo histórico

Chegaram ao Serviço de Arquivo as primeiras contribuições de magistrados e servidores para o acervo histórico do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, após a convocação feita pelo presidente, desembargador Ney José de Freitas. A maior parte das colaborações consiste em álbuns fotográficos, que se somam aos mais de 80 grandes álbuns colecionados pelo próprio Tribunal.

O agrupamento, organização e disponibilização de fotografias é uma das etapas do Projeto Memória. Também estão sendo procurados documentos de relevância histórica, obras de arte, móveis, vídeos e registros de áudio, como a série, já editada, com 12 horas de gravações da instalação do Tribunal, em 1976, e a inauguração da sede da Rua Dr. Faivre, em Curitiba, em 1977. Esses áudios, registrados por iniciativa do juiz Alcides Nunes Guimarães e preservados por sugestão do juiz Luiz José Guimarães Falcão, serão publicados nas próximas semanas.

Todo o patrimônio iconográfico do TRT da 9ª Região, enriquecido pelos álbuns que estão sendo oferecidos pelos seus magistrados e servidores, comporá uma base padronizada e acessível. As fotos estão sendo digitalizadas e indexadas. Nos próximos meses, elas



Encontro de servidores, no início da década de 1980. Fotografia do acervo pessoal do advogado Leir Tadeu de Oliveira, servidor aposentado do TRT



VI Encontro de Magistrados do Trabalho da 9ª Região, em maio de 1983. Acervo da família do juiz Leonardo Abagge, ex-presidente do TRT do Paraná



serão exibidas em uma sessão específica do site do TRT-PR na internet. Uma vez que muitas das fotos não estão acompanhadas dos dados correspondentes, como datas e nomes, haverá um sistema pelo qual todos poderão agregar informações e ajudar a detalhar com precisão cada momento registrado pela memória.

■ **SEGURANÇA** - Para que todos se sintam seguros ao ceder seus álbuns, o Serviço de Arquivo criou um protocolo específico, que circulará com as fotos enquanto elas são digitalizadas e que só será concluído com a devolução dos originais.

Visita de juízes do TRT a Foz do Iguaçu, em 5 de dezembro de 1981. Acervo da família Abagge

Fotos, documentos, obras de arte, vídeos, áudios, móveis e objetos relevantes para a memória do TRT-PR podem ser encaminhados para o Serviço de Arquivo (memorial@trt9.jus.br) - Contato: (41) 3310-7715 ou (41) 3310-7701

Começou a gravação de depoimentos dos presidentes do TRT paranaense

O juiz Pretextato Pennafort Taborda Ribas Netto, que foi vice-presidente e presidente do TRT-PR, e a juíza Adriana Nucci Paes Cruz, corregedora, vice-presidente e por três anos presidente do Tribunal, gravaram depoimentos de 1 hora, cada um, para o projeto TRT.DOC, uma série em vídeo projetada para auxiliar no resgate e na preservação da memória histórica da Justiça do Trabalho paranaense. As entrevistas serão disponibilizadas na íntegra e terão também versões editadas, dentro de um documentário do qual participarão outros ex-presidentes, além de servirem como subsídio para futuras publicações em papel.

O objetivo do projeto é registrar os relatos e comentários de todos os magistrados que exerceram a Presidência da Nona Região. As sessões de gravação dos vídeos serão semanais, o que garantirá velocidade à formação do acervo, que em seguida será ampliado com os depoimentos de outros desembargadores, juízes e servidores.

A série é uma das prioridades da Administração. "É imprescindível salvaguardar a memória da Justiça do Trabalho e colaborar para a evolução do conhecimento histórico acerca de seu desenvolvimento", diz o presidente do

Tribunal, desembargador Ney José de Freitas.

Em seguida à série Presidentes, a documentação em vídeo prosseguirá com documentários sobre temas específicos, como o histórico das principais edificações utilizadas pelo Tribunal e pelas Varas do Trabalho ao longo das últimas três décadas, a modernização tecnológica e a prioridade da conciliação na prática cotidiana da Justiça do Trabalho.



Entrevista com o presidente (1998 a 1999) Pretextato Pennafort Taborda Ribas Netto

Projeto Memória

Em seu depoimento, a ex-presidente Adriana Nucci Paes Cruz relembrou o tempo em que trabalhou como juíza, em Apucarana, e sua primeira convocação para o Tribunal, como substituta. Acompanhe dois trechos da gravação:

"Logo que fui para Apucarana houve não sei que fenômeno econômico, que os bancos estavam em uma fase de fusão. Com isso, eles dispensaram muitos empregados. Posso dizer que 80% da demanda dos processos era contra bancos.

Naquela cidade houve uma passagem que me gratificou muito. Eu estava para entrar em férias, havia um processo para ser julgado e o advogado do empregador foi falar comigo, queria um adiamento para depois das minhas férias, porque ele gostaria que eu julgasse aquele processo. Respondi que não poderia fazer isso e que o processo já estava em pauta de julgamento para meu substituto. No dia seguinte, veio o advogado do empregado pedir a mesma coisa. Para mim, foi uma prova de que as duas partes confiavam, o que me deu uma sensação muito grande de imparcialidade, que eu acho que é o atributo principal de um juiz.

A primeira convocação foi uma experiência muito gratificante. A gente chega com aquele medo, não é dono

do negócio, é uma substituição, não uma vaga, que mais tarde veio a ser preenchida pelo Dr Pretextato. Senti uma insegurança, no início, mas havia um aconchego muito grande, dos servidores, dos juízes. Eles pressentiam essa dificuldade inicial, então fui muito amparada, muito bem assessorada, por funcionários muito bons. Essa experiência serviu de escola para quando voltei definitivamente."



Entrevista com a presidente (1999 a 2001) Adriana Nucci Paes Cruz

Projeto Memória

Áudios recuperados de fitas magnéticas

A administração do TRT da 9ª Região está empenhada na preservação do patrimônio histórico e cultural e no resgate da memória da Justiça do Trabalho no Paraná. Esta edição apresenta aproximadamente 12 horas de gravações de alto valor documental, como a que registra a inauguração da sede construída na Rua Dr. Faivre, em Curitiba, em 29 de junho 1977. A iniciativa de gravar a sessão foi do Juiz Alcides Nunes Guimarães, e a guarda das fitas para a posteridade foi sugerida pelo Juiz Luiz José Guimarães Falcão.

Com essa coleção, o que pretendemos é conservar a sabedoria dos que construíram o Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, para que suas vozes continuem nos aconselhando e, sobre elas, possamos projetar o futuro com o arrojo de quem tem base segura. No processo de aperfeiçoamento contínuo, o conhecimento e o reconhecimento do passado são fontes perpétuas de inspiração e de reafirmação da nossa identidade. Relembrar é uma forma de aprender.

Desembargador NEY JOSÉ DE FREITAS
Presidente



Primeira sede do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região

2

fotos históricas



Solenidade de posse de juízes substitutos - 1979



Primeira sessão ordinária - 1976

7

Páginas internas do livreto que acompanha o CD com os áudios históricos recuperados



INAUGURAÇÃO DA PRIMEIRA SEDE DO TRT-PR
Data: 17 de setembro de 1976 - Rua 24 de Maio, 118

Projeto Memória TRT da 9ª Região



□ □ □ □ □ □ □ □ □ □

Layout dos cartões postais desenvolvidos para o Projeto Memória do TRT-PR. Ao todo, são 6 modelos diferentes



Joel Gogola

Material confeccionados para o Projeto Memória do TRT-PR

Inauguração em Medianeira é o primeiro passo para criação de nova vara no Oeste

O presidente do Tribunal do Trabalho da 9ª Região, desembargador Ney José de Freitas, e o corregedor regional, desembargador Arnor Lima Neto, inauguraram, com o prefeito da cidade, a Vara Itinerante de Medianeira, no Oeste do Paraná. Na cerimônia, o consenso dos participantes foi de que esse foi o primeiro passo para a instalação de uma Vara definitiva na região.

“Nasceu em Medianeira o germe de uma vara do trabalho”, disse o presidente do Tribunal. De acordo com o desembargador, a política do TRT-PR é de aumento gradativo da oferta do serviço, conforme a demanda real: “Não criamos mais varas do trabalho, instantaneamente; criamos varas itinerantes e postos de atendimento, para que, diante da necessidade concreta, no futuro eles possam ser transformados em varas do trabalho”. Porém, ponderou Ney José de Freitas, o caminho iniciado não tem volta. “Não será esse presidente quem vai instalá-la, mas haverá uma Vara da Justiça do Trabalho de Medianeira”, afirmou.

A diretora do Fórum Trabalhista de Foz do Iguaçu, Neide Consolata Folador, enfatizou a perspectiva de progressão, “com a transformação dessa vara itinerante em posto avançado de atendimento, com servidores aqui lotados, os autos dos processos aqui tramitando, com o protocolo de novas ações e petições, assim como um juiz designado para atuar na medida das necessidades do posto, a critério do Tribunal.” Segundo dados obtidos no serviço de distribuição de Foz, disse Neide Folador, a quantidade de ações ajuizadas em 2009 dos municípios que serão atendidos pela Vara Itinerante foi de 514.

Na Vara Itinerante serão atendidos também os cidadãos de Diamante do Oeste, Ramilândia, Missal, Matelândia, Itaipulândia e Serranópolis do Iguaçu. A redução da distância a ser percorrida para acessar a Justiça do Trabalho é de 29 km (caso de Missal) até 62 km (no caso de Ramilândia). Para os moradores de Medianeira, a redução é de 57 km.

“Mais de uma vez ouvi advogados contando que deram ou emprestaram dinheiro a seus clientes para a passagem de ônibus até Foz, e que algumas vezes, lá chegando, tiveram suas audiências adiadas”, disse a juíza Neide Folador. Para o desembargador Ney José de Freitas, a Vara Itinerante de Medianeira “nasceu para permitir que o cidadão tenha um acesso amplo ao poder Judiciário. É pura perversidade exigir que o cidadão pobre, normalmente desempregado (porque lamentavelmente, ainda hoje, a Justiça do Trabalho é a justiça do desempregado) não possa ter acesso à justiça que é dele”.

A justiça, lembrou o presidente, não é favor que o Estado presta ao cidadão; é um dever do Estado. – “E não pode existir uma justiça real se o cidadão não estiver com o órgão do Judiciário perto de sua realidade. É perversidade exigir que o cidadão se desloque de Medianeira para Foz do Iguaçu. E muitas vezes o cidadão renuncia ao seu direito em decorrência das dificuldades. Com a vara itinerante, o cidadão não se desloca, quem se desloca é o Poder Judiciário, o juiz, os servidores, para, neste lugar, prestar justiça”.



O desembargador Ney José de Freitas, presidente do TRT-PR, e o prefeito Elias Carrer descerraram a placa de inauguração

▶ Colaboração possibilitou solução em tempo recorde

A Vara Itinerante de Medianeira é exemplo de um esforço conjunto. Em julho de 2007, a advogada Laci de Rocco, presidente da subseção local da OAB, reivindicou à então presidente do Tribunal, desembargadora Wanda Santi Cardoso da Silva, a aplicação do conceito de “interiorização máxima”, com a itinerância autorizada pela Emenda Constitucional 45. Já no dia seguinte, a solicitação começou a envolver os esforços de vários setores do Tribunal, que apuraram os indicadores processuais, parâmetros econômicos, sociais e logísticos. O estudo incluiu até a avaliação dos horários de ônibus e os pedágios existentes na região.

Para ajudar a viabilizar o projeto, a Prefeitura de Medianeira, com autorização da Câmara Municipal, assumiu o custo do aluguel de um imóvel de 120 metros quadrados, no centro da cidade, bem como as despesas de água e luz. O proprietário do imóvel atendeu às solicitações do Tribunal, para que fosse possível efetuar as adaptações necessárias no imóvel, definidas pelo Serviço de Engenharia de Arquitetura do TRT-PR. Por fim, a Caixa Econômica Federal colaborou para viabilizar

a cerimônia de inauguração. A imprensa regional, por sua vez, deu considerável destaque à nova Vara Itinerante, o que colaborou para que um grande número de eventuais usuários tivesse acesso à informação sobre a existência do novo serviço.

A presidente da subseção da OAB em Medianeira, Flávia Magnoni Sehenem, lembrou que a cidade completa neste ano seu cinquentenário e enfatizou: “Nossa próxima luta é conseguir um Posto Avançado e até mesmo uma vara da Justiça do Trabalho. Nós representamos 12 municípios e as demandas aqui, principalmente previdenciárias, são muito grandes”.

O prefeito Elias Carrer ressaltou a instalação da vara itinerante “de forma rápida e desburocratizada”, que “não beneficiará somente Medianeira, mas também aos municípios vizinhos”.

Na opinião da diretora do Fórum Trabalhista de Foz do Iguaçu, juíza Neide Consolata Folador, as instalações são ótimas, o que poderá ajudar à promoção da Vara Itinerante para a condição de posto de atendimento e, futuramente, Vara do Trabalho. “Não tenho dúvida de que isso será realidade em curto espaço de tempo, pois as instalações, como podem ver, são excelentes, graças à participação ativa dos poderes Executivo e Legislativo de Medianeira e da OAB local”, disse a juíza.



A presidente da subseção da OAB-PR em Medianeira, Flávia Magnoni Sehenem



José Valdir Linhar, presidente da Câmara, o desembargador Arnor Lima Neto e a juíza Neide Consolata Folador



Magistrados, servidores e autoridades em frente à nova sede da Vara do Trabalho Itinerante de Medianeira



Abner Wandemberg Rabelo, conselheiro estadual da OAB, o corregedor Arnor Lima Neto, o prefeito Elias Carrer, o desembargador Ney José de Freitas e a juíza Neide Consolata Folador

Vara do Trabalho de Pato Branco terá nova sede em 2011

O Tribunal Regional do Trabalho do Paraná construirá nova sede para a Vara do Trabalho de Pato Branco. O edifício de dois pavimentos ocupará área de 951 metros quadrados e deve entrar em funcionamento no início de 2011.

Segundo o presidente do TRT-PR, “o imóvel em uso, que já foi utilizado por uma creche, está atendendo com dificuldade às necessidades da Justiça do Trabalho de Pato Branco, mostrando-se limitado para cumprir suas funções atuais, principalmente no que se refere ao espaço reservado ao arquivamento dos processos, ao uso das salas de audiência, atendimento ao público e à OAB. Daí decorre a necessidade da construção de novo prédio, que possa atender melhor às demandas locais”. A Vara do Trabalho de Pato Branco recebe cerca de dois mil processos por ano, tendo realizado 2.700 audiências em 2008 e 2.500 em 2009.

A previsão é que as obras comecem em março e sejam concluídas até o final do ano. O terreno foi recebido em doação da Prefeitura Municipal para a construção da nova sede, planejada dentro de um conceito moderno de engenharia, de forma a acolher as necessidades da Justiça do Trabalho de Pato Branco, explica o presidente do TRT do Paraná, desembargador Ney José de Freitas.

O edifício que vai alojar a Vara do Trabalho será erguido na esquina das Ruas Pio XII com Paraná, contando com hall para circulação do público, sala para a OAB, salas reservadas para dois postos de atendimento bancário, sanitários públicos adaptados para portadores de necessidades especiais, sala de conciliação, duas salas de audiência, secretaria, gabinetes para os juízes titular e substituto e jardim interno para iluminação e ventilação naturais. No subsolo, haverá sala de arquivo, salas de múltiplo uso, instalações sanitárias e de serviço e estacionamento.

Segundo o prefeito Roberto Viganó, a importância das novas instalações ultrapassa os limites do município, que é polo da região, pois irá atender bem a toda a população do Sudoeste. “A Vara do Trabalho de Pato Branco será instalada em local escolhido para ser o futuro Centro Cívico da cidade, comportando também unidades da Justiça Estadual, Tribunal Regional Eleitoral, Vara da Justiça Federal e Ministério Público”, informa. A nova sede, de acordo com Viganó, atende a uma reivindicação antiga da sociedade da Pato Branco.

Para o presidente da subseção da OAB de Pato Branco, Luiz Antonio Corona, “a comunidade está muito feliz com a conquista, pois a construção atenderá a uma antiga reivindicação dos cidadãos, proporcionando maior conforto e fácil acesso, com inegáveis benefícios para os jurisdicionados”.

O município de Pato Branco, situado a 430 km de Curitiba, na região Sudoeste do Paraná, tem população estimada em 70 mil habitantes (dados de 2009 do IBGE). Apresenta Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) 0,849, o que o situa no 34º lugar no Brasil e representa um centro de serviços para a região, com ênfase nos setores de educação e saúde. Conta com um campus da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e, desde 1996, promove incentivo à instalação de empresas de informática e de eletroeletrônicos, o que resultou na formação de um centro tecnológico industrial. A agricultura e a pecuária também representam importante contribuição à economia do município, especialmente as culturas de milho, soja, feijão e trigo, além da criação de gado, suínos e aves.

Nelson Copruchinski

...Há necessidade de construirmos um novo prédio, que possa atender melhor às demandas locais.

Desembargador NEY JOSÉ DE FREITAS
Presidente do TRT-PR

Justiça do Trabalho consegue julgar mais rápido, apesar do aumento de processos

O prazo médio da sentença foi reduzido de 358 para 335 dias

O número de processos trabalhistas no Paraná cresceu 12% em 2009, em comparação com o ano anterior, de acordo com levantamento divulgado hoje pela Justiça do Trabalho. Nas 86 Varas do Trabalho de todo o Estado, entraram 116.916 novas ações (em 2008, foram 102.909) e houve 116.504 decisões (por sentença, ou homologatórias de acordos) em 2009, contra 106.092 em 2008. Assim, o prazo médio para a solução dos processos caiu de 358 dias, em 2008, para 335 dias, em 2009, o que demonstra que a Justiça Trabalhista, no Paraná, conseguiu imprimir maior rapidez ao seu ritmo de trabalho.

"É o resultado do esforço de todo o Judiciário do Trabalho no Paraná, magistrados e servidores, no trabalho diário de levar uma Justiça cada vez mais célere ao cidadão", enfatizou o presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, desembargador Ney José de Freitas.

Embora tenham sido protocolados 14 mil processos a mais em 2009, o cenário que a estatística aponta é positivo, levando em consideração que, após registrar aumento de mais de 20% na movimentação processual na metade do ano (em julho foram protocoladas 11.340 novas reclamações trabalhistas), esse índice começou a cair no segundo semestre, chegando a 7.969 novos casos em dezembro.

De acordo com o presidente do TRT-PR, apesar da tendência de queda no número de novas ações, o movimento processual ainda é alto no Estado. "A grande quantidade de processos se dá tanto em momentos de crises, por causa das demissões, como em períodos de aquecimento da economia. Mais gente trabalhando resulta em maior movimentação no mercado. Para dar vazão a esses processos é preciso suficiente número de juízes e servidores nas unidades judiciárias, bem como programas

de gestão eficaz no Judiciário", afirma.

Para 2010, a expectativa é de melhorar a performance, com a atuação de 13 novos juízes que estão trabalhando desde o dia 18 de janeiro, bem como a conclusão do processo de preenchimento de 320 novos cargos para servidores na Justiça do Trabalho do Paraná. "O novo quadro de juízes e servidores, embora ainda em fase de contratação, já se apresenta defasado, por causa da grande movimentação processual. Mesmo assim, estamos trabalhando incansavelmente para que os processos sejam solucionados cada vez mais rapidamente", enfatiza o presidente, ao apresentar outras medidas que estão auxiliando o Judiciário Trabalhista do Paraná, como o desenvolvimento de novas ferramentas no campo da tecnologia da informação, que tem proporcionado economia de tempo a juízes e servidores, eliminando burocracia e rotinas administrativas desnecessárias. "Isso permite que o Judiciário possa se concentrar na atividade-fim da instituição, que é conciliar e julgar as ações de sua competência, com mais eficiência e rapidez", concluiu o presidente.

O incentivo à conciliação também tem sido importante para acelerar o andamento dos processos. O índice de conciliação (46% dos processos recebidos) é considerado satisfatório na Justiça do Trabalho do Paraná. "Além do esforço diário na tentativa de acordos durante todo o ano, participamos com sucesso da Semana Nacional da Conciliação, quando a Justiça do Trabalho paranaense realizou 6.308 audiências, com 2.811 acordos. Campanhas como essa ajudam a disseminar na população a cultura da conciliação, a melhor forma de pacificação social", explicou o desembargador.

O tempo de julgamento de um processo trabalhista no Estado é considerado bom pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, órgão superior com sede em Brasília. Na 9ª Região (Paraná), que é a sexta colocada entre as 24 do país em movimentação processual, a média é de 11 meses para o julgamento de processos em primeira instância e seis meses para os julgamentos em segunda instância.

O desafio maior está na fase de execução dos processos, em que é feito o cálculo e executada a dívida trabalhista. Atualmente, estão tramitando na Justiça do Trabalho do Paraná 276.060 processos, sendo 105.296 na fase de execução. De acordo com o desembargador Ney José de Freitas, acelerar a execução é uma das prioridades do Judiciário Trabalhista no Estado.



Flaviane Galafassi

Servidores da Justiça do Trabalho participam do Mutirão Carcerário



 Gladimir Nascimento

O Tribunal Regional do Trabalho do Paraná cedeu quatro servidores para compor o Projeto Mutirão Carcerário, que vai revisar os processos de dezenas de milhares de presos em todo o Estado, durante 10 semanas. A iniciativa é do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Nacional do Ministério Público e marca também o início da implantação, no Paraná, do projeto Começar de Novo, que consiste em parcerias que permitam a inclusão de ex-detentos no mercado de trabalho.

A assinatura do acordo de cooperação técnica ocorreu no dia 23 de fevereiro, com a presença do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do CNJ, ministro Gilmar Mendes, do vice-presidente do STF, ministro Cezar Peluso, e do corregedor nacional de Justiça, ministro Gilson Dipp, do presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Vilson Darós, do presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Carlos Augusto Hoffmann, e do presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, Ney José de Freitas, além do presidente do Tribunal de Justiça de Goiás, Paulo Maria Teles Antunes, do governador do Paraná, Roberto Requião, e do procurador-geral de Justiça, Olympio de Sá Sotto Maior Neto.

"Sabemos que, nos últimos 16 meses, 18.718 pessoas deixaram a prisão apenas em razão do Mutirão Carcerário", disse, em seu discurso, o presidente do TRT-PR, desembargador Ney José de Freitas. A contemporaneidade, acrescentou, "exige de nosso País a estruturação de uma política de transformação social, que pense o Direito de modo sistêmico, que correlacione a questão carcerária aos Direitos Humanos, às relações familiares e de trabalho, à educação, à reeducação e à integração comunitária."

Ney José de Freitas ressaltou o trabalho do juiz federal Erivaldo Ribeiro dos Santos, da Seção Judiciária do Paraná, atualmente auxiliando a Presidência do Conselho Nacional de Justiça, "pelo modo profissional com que coordena, no âmbito nacional, esse plano."

O presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, ministro Gilmar Mendes, disse, durante a cerimônia de assinatura do convênio, que o Mutirão Carcerário está se revelando "um curso de Brasil", durante o qual o Judiciário vem aprendendo que, além de um sistema prisional deficiente, o Brasil tem uma justiça criminal igualmente insatisfatória, como demonstram alguns absurdos identificados até o momento pelo Mutirão.

Os problemas principais, na visão do ministro, são a provisoriedade, a prescrição por falta de ação da Justiça e as práticas que acabam se instalando nesse vácuo do Judiciário, como a que ele presenciou no Piauí, "Estado onde as autoridades ainda resistem à ação do Mutirão Carcerário", por imaginarem que ela resultará em liberação de criminosos, com prejuízo para a segurança pública. No Piauí, contou Gilmar Mendes, existem os "processos de capa preta", que são um código da polícia para designar os casos em que o juiz deve se abster de agir. A autoridade policial, assim, exerce uma espécie de poder judiciário paralelo.

No Espírito Santo, relatou o presidente do Supremo e do CNJ, o Mutirão localizou um preso provisório que se encontrava nessa situação havia 11 anos. Imaginando ter identificado o maior dos horrores da Justiça brasileira, seus integrantes se surpreenderam ao descobrir, no Ceará, alguém que já tinha 14 anos de prisão provisória.

As pessoas estão ficando presas por furtar um xampu, ou um bambolê, ou uma fita de vídeo, criticou o ministro, diagnosticando que em grande número de ocasiões a Justiça tem se limitado a conceder prisões provisórias ou expedir os mandados de prisão solicitados, "sem a necessária reflexão", e por esse caminho vai se instalando a provisoriedade. No extremo oposto do problema, e em parte pelos mesmos motivos, muitos crimes acabam prescrevendo, inclusive "crimes do júri", crimes contra a vida, porque a Justiça não conseguiu, em tempo hábil, produzir uma sentença.



Gladimir Nascimento

Discurso do presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, desembargador Ney José de Freitas

▶ Paraná deverá revisar 36 mil processos

Participarão do mutirão 36 juízes, cerca de 30 promotores, 41 servidores das Justiças Estadual, Federal e do Trabalho e 15 oficiais de justiça. A OAB também se faz presente com a mobilização dos advogados. No Paraná, o projeto, que já foi realizado em outros estados, pretende examinar cerca de 36 mil processos. Essa revisão será feita em quatro pólos regionais, nas cidades de Curitiba (que concentrará a região metropolitana e litoral); Londrina e Maringá; Foz do Iguaçu, Cascavel e Francisco Beltrão e Ponta Grossa e Gua-

rapuava. Nessas localidades serão instaladas “varas” do mutirão, para onde serão levados todos os processos de presos, mesmo que em regime semiaberto. Ali serão revisadas as penas, datas para progressão e livramento condicional e emitidos os alvarás de soltura, caso cumpridas as condições necessárias. Também será feito um diagnóstico das varas criminais do Estado do Paraná e implantado o projeto Começar de Novo. Esse segundo projeto busca estabelecer parcerias que permitam a inclusão no mercado de trabalho dos egressos do sistema prisional, presos dos regimes aberto ou semi-aberto, de modo a diminuir os índices de reincidência criminal.

Nelson Copruchinski



Gladimir Nascimento

A Conselheira do CNJ e juíza do TRT-PR Morgana de Almeida Richa, o desembargador Ney José de Freitas e Danilo Pereira Júnior, diretor do Foro da Justiça Federal



Thyrza Wolk

Os servidores do TRT-PR Nelson Copruchinski, Gabriel Maccagnani Carazzai, João Ozório Possebon de Freitas e Sônia Maria Casagrande participarão do mutirão carcerário

Julgamento eletrônico avança e chega à primeira decisão em grau de recurso

O Recurso Ordinário em Processo Sumaríssimo Número 29450-2009-041-9-00-7 entrou para a história da Justiça do Trabalho do Paraná como o primeiro processo digital a chegar ao grau recursal. O julgamento, também eletrônico, foi realizado no dia 9 de fevereiro, quando o Tribunal, por unanimidade, negou provimento ao recurso apresentado contra a 21ª Vara do Trabalho de Curitiba por uma zeladora que acusa o empregador de ter “sujado” sua carteira com uma anotação cancelada em seguida. O Tribunal, assim como havia ocorrido na primeira instância, concluiu que a responsabilidade foi da própria trabalhadora, que entregou a Carteira para a anotação, porém desistiu da vaga. A relatora do recurso foi a juíza Adayde Santos Cecone, convocada para atuar na 1ª Turma do Tribunal.

Entre o dia em que o recurso foi ajuizado (22 de setembro de 2009) e a sentença, transcorreram 130 dias, incluindo o recesso e os feriados do fim do ano. A primeira audiência foi realizada em 28 de setembro, menos de uma semana após o protocolo.

O presidente da Comissão de Informática do TRT da 9ª Região, desembargador Sérgio Murilo Rodrigues Lemos, enfatizou: “o que comemoramos hoje é a conexão do Tribunal com o Primeiro Grau, sem haver nenhuma movimentação do processo em papel, agilizando o fluxo dos documentos por meio da automação dos procedimentos”. A votação foi registrada pelo presidente da 1ª Turma, desembargador Edmilson Antonio de Lima, “como um fato histórico, que marca a modernização da Justiça do Trabalho do Paraná”.

Para o desembargador Sergio Lemos, uma das principais vantagens do processo eletrônico está na facilidade e rapidez com que tramita por causa da automação do fluxo de trabalho: “Um processo que demoraria dias para sair de um setor para o outro, conforme o fluxo de trabalho da secretaria, é remetido no mesmo momento com a mídia digital. Isso é ganho de tempo para todos”.

A experiência adquirida com a implantação das três Varas digitais de Curitiba (21ª, 22ª e 23ª Varas), no segundo semestre de 2009, serve de padrão para o funcionamento do processo eletrônico em todo o Estado. “As três Varas são pilotos e possibilitaram, no decorrer desses meses de implantação, ajustes ao sistema conforme as necessidades do exercício diário da atividade. Somada essa experiência ao conhecimento que tínhamos no Tribunal com as sessões informatizadas, montamos uma estrutura eficiente para o funcionamento da Justiça do Trabalho nessa nova mídia digital em todo o Estado. Desta forma, temos condições de implantar, ainda em 2010, o processo eletrônico em todas as varas do Trabalho do Estado, dependendo de ajustes administrativos e financeiros para isso”, explica o desembargador Sergio Lemos.

O planejamento para a implantação do processo eletrônico está formatado em duas fases, ainda em estudo: protocolo dos novos processos por meio digital e digitalização dos processos antigos. O desembargador explica que no processo digital a origem dos documentos é em mídia digital, ou seja, o processo já nasce eletrônico. -“Já os que estão tramitando em papel precisam ser digitalizados e armazenados em mídia digital, o que é um outro passo a seguir. Por isso, essa transição do processo em papel para eletrônico depende de um planejamento administrativo e financeiro que ainda está sendo finalizado pela administração do Tribunal, pois requer implantação de novas mídias e disponibilidade de profissionais, entre outros aspectos”.

Para o advogado Nuredin Allan, que presenciou a votação em Curitiba, o processo eletrônico é vantajoso, principalmente quanto à facilidade de petição on-line: “Podemos protocolar após 18h, o que sempre faço, não havendo necessidade de deslocamento do escritório e ampliação do horário para as atividades, podendo fazer o trabalho até mesmo em viagens”.

Flaviane Galafassi

▶ Primeira Turma durante o julgamento do recurso

 Inara Passos



Discriminação por obesidade é punida e serve de alerta sobre processos seletivos

Uma decisão da 1ª Turma do TRT-PR colocou em discussão, neste mês, parâmetros que devem ser observados nas relações de trabalho mesmo antes da assinatura do contrato. Na sentença, uma empresa da Região Metropolitana de Curitiba foi condenada a pagar uma indenização de R\$ 5 mil por dano moral a uma candidata a emprego de auxiliar de produção, por tê-la recusado no processo seletivo por estar acima do peso que os recrutadores julgavam adequado (Processo TRT-PR 04102-2008-594-9-00-2).

A responsabilidade da empresa e do trabalhador antes de firmarem o contrato de trabalho tem sido alvo dos processos trabalhistas no Paraná, o que mostra que até mesmo na fase de seleção de candidatos por parte das empresas há direitos e deveres a serem cumpridos por ambas as partes.

Conforme o juiz do Trabalho Luciano Augusto de Toledo Coelho, autor do livro *Responsabilidade Civil Pré-contratual em Direito do Trabalho*, é preciso estar atento às peculiaridades dos procedimentos que levam à contratação.

Segundo ele, ao fazer uma seleção, prometer um emprego, criar expectativa, a empresa deve ter muito cuidado, pois o candidato a emprego é um cidadão que possui direitos fundamentais que não podem ser feridos, uma vez que também existem limites legais nessa fase. “Não se deve esconder informações relevantes ou agir de forma a frustrar uma expectativa criada. Por exemplo, se a empresa descobre, no meio de um processo de seleção, que uma vaga será cancelada, deve can-

celar todo o processo e, se já em grau avançado, dar todas as explicações e, conforme o caso, indenizar as despesas do candidato. Se a empresa submete o candidato a um teste ou dinâmica de grupo, deve explicar o procedimento, os motivos e os resultados de forma clara, bem como cuidar para não expor o candidato a situações vexatórias ou humilhantes”, explica.

Perguntas sobre a opção sexual, se a candidata pretende engravidar e outras que violem a intimidade, estão vedadas na entrevista de emprego. Somente em situações muito especiais, explica o juiz, relacionadas ao cargo, certos pedidos, como o de exame de gravidez, podem ser exigidos. É o caso do trabalho em uma fábrica cujo produto possa afetar a saúde da gestante. Nessas condições, até a estatura poderia ser considerada relevante, como acontece na condição específica de trabalho das aeromoças.

“Não se pode impedir o acesso a emprego por motivo de sexo, cor, por ter o candidato ação na Justiça do Trabalho ou nome em cadastros negativos. Tudo isso fere a boa fé”, explica o juiz. De acordo com ele, ambas as partes na fase pré-contratual devem observar os deveres de lealdade, informação, sigilo e cuidado, dentre outros, oriundos da cláusula da boa-fé que está no código civil de 2002.

Quanto ao sigilo, o juiz alerta que a empresa não pode repassar informações do candidato sem sua autorização e o candidato tem que guardar sigilo das informações que lhe forem passadas durante o processo seletivo.

▶ Decisões

No caso julgado pela 1ª Turma e que resultou na condenação de uma agroindústria, a trabalhadora apresentou-se na empresa da região de Araucária para preenchimento de fichas e entrevistas com médico e fisioterapeuta. Os exames laboratoriais indicaram condição saudável, mas ela acabou não sendo selecionada em razão do seu IMC (Índice de Massa Corporal), que apresentou o valor de 37,8, considerado pela empresa como indicador de obesidade.

Ao determinar que apenas candidatos com o IMC de até 35 fossem contratados, foi praticado ato com clara discriminação pelo padrão físico, definiu em seu voto a juíza relatora do processo, Patrícia de Matos Lemos, convocada pelo Tribunal para compor a 1ª Turma. “A conduta violou o princípio da boa-fé objetiva, a regular condutas na sociedade, bem como a garantia constitucional do acesso livre ao trabalho sem discriminação, de valor social constitucionalmente consagrado como fundamental constitutivo do estado democrático de direito, ao lado da importância social da livre iniciativa”, completou a magistrada.

De acordo com ela, apesar de não haver vínculo de em-

prego, uma vez que estava em processo de seleção, a empresa, ao estabelecer critério de contratação considerado “injustamente desqualificante, ofendeu a boa-fé objetiva, a regular também a conduta das tratativas, violando os deveres de proteção da confiança e lealdade, de sorte a caracterizar abuso de direito, conforme dispõe o art. 187 do Código Civil”.

Em outro processo julgado em agosto de 2009 na 1ª Turma (voto do desembargador Ubirajara Carlos Mendes no processo TRT-PR 02433-2006-015-09-00), empresas que contrataram a autora para trabalhar como garçomete durante um cruzeiro foram condenadas solidariamente nos danos causados na fase pré-contratual. Após trabalhar 14 horas e tendo verificado que as condições de execução do contrato não coincidiam com as promessas feitas anteriormente, a autora desembarcou do navio. Na decisão foi determinado o ressarcimento das despesas com deslocamento de Curitiba até a cidade de Recife, compra de uniforme, pagamento de aviso prévio que havia sido descontado da rescisão contratual na empresa anterior e danos morais arbitrados em R\$ 3. mil pela frustração das expectativas de trabalho no navio e pelos exames toxicológicos e de HIV sem autorização, entre outras violações.

 Nelson Copruchinski

Maioria das Varas do Trabalho do Paraná cumpre a Meta 2 do CNJ

Das 86 Varas do Trabalho do Paraná, 52 cumpriram a Meta 2 do Conselho Nacional de Justiça, que estipula a conclusão do julgamento dos processos ajuizados até dezembro de 2005. No Tribunal paranaense não há nenhum processo em andamento recebido até essa data. Essa já era a realidade do TRT em dezembro de 2008, quando a Meta 2 foi lançada.

No 1º Grau, dos 1.282 processos ajuizados até 2005 que estavam em trâmite em dezembro de 2008, estão pendentes de cumprimento 281. Desse total, 93 aguardam con-

clusão de perícia, seis dependem de ação de terceiros e 11 retornaram para novo julgamento. Os demais aguardam outras pendências para serem concluídos.

A Justiça do Trabalho do Paraná também se prepara para agilizar os julgamentos dos processos ajuizados até dezembro de 2006 e que ainda estão pendentes. As Varas do Trabalho que cumpriram a Meta estão recebendo certificados emitidos pelo CNJ e pelo TRT, parabenizando as equipes pelo trabalho realizado.

- | | | | |
|-----------------------|----------------------|-----------------------|-------------------------------|
| ▶ ARAPONGAS | ▶ 2ª VT - CURITIBA | ▶ JACAREZINHO | ▶ 3ª VT - PARANAGUÁ |
| ▶ 1ª VT - ARAUCÁRIA | ▶ 7ª VT - CURITIBA | ▶ LARANJEIRAS DO SUL | ▶ PATO BRANCO |
| ▶ 2ª VT - ARAUCÁRIA | ▶ 11ª VT - CURITIBA | ▶ LOANDA (VT) | ▶ 1ª VT - PONTA GROSSA |
| ▶ ASSIS CHATEAUBRIAND | ▶ 19ª VT - CURITIBA | ▶ 2ª VT - LONDRINA | ▶ 2ª VT - PONTA GROSSA |
| ▶ CAMBÉ | ▶ 20ª VT - CURITIBA | ▶ 3ª VT - LONDRINA | ▶ 3ª VT - PONTA GROSSA |
| ▶ CAMPO MOURÃO | ▶ 21ª VT - CURITIBA | ▶ 7ª VT - LONDRINA | ▶ PORECATU |
| ▶ 1ª VT - CASCAVEL | ▶ 22ª VT - CURITIBA | ▶ MAL. CÂNDIDO RONDON | ▶ ROLÂNDIA |
| ▶ 2ª VT - CASCAVEL | ▶ 23ª VT - CURITIBA | ▶ 1ª VT - MARINGÁ | ▶ ST. ANTONIO DA PLATINA |
| ▶ 3ª VT - CASCAVEL | ▶ DOIS VIZINHOS | ▶ 2ª VT - MARINGÁ | ▶ 3ª VT - S. JOSE DOS PINHAIS |
| ▶ CASTRO | ▶ 1ª VT - GUARAPUAVA | ▶ 3ª VT - MARINGÁ | ▶ 1ª VT - UMUARAMA |
| ▶ CIANORTE | ▶ 2ª VT - GUARAPUAVA | ▶ 5ª VT - MARINGÁ | ▶ 2ª VT - UMUARAMA |
| ▶ CORNÉLIO PROCÓPIO | ▶ IRATI | ▶ NOVA ESPERANÇA | ▶ UNIÃO DA VITORIA |
| ▶ JAC2 - CURITIBA | ▶ IVAIPORÃ | ▶ PALMAS (VT) | ▶ WENCESLAU BRAZ |

Presidente do TRT-PR participa da solenidade de passagem de comando da 5ª Região Militar



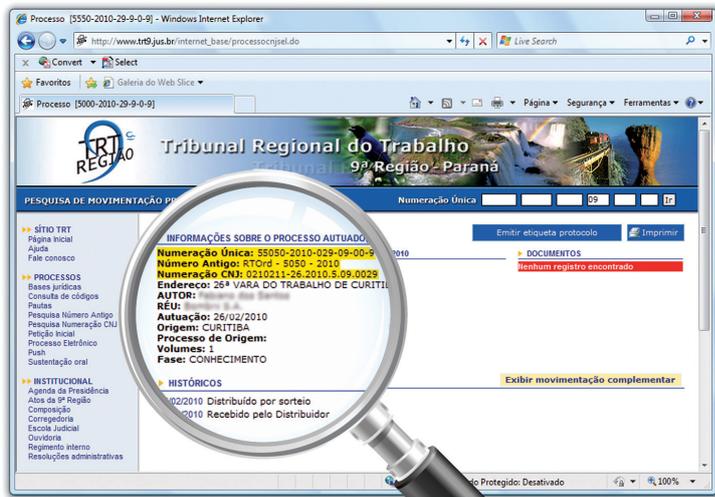
O desembargador Ney José de Freitas, presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, participou da cerimônia da passagem de comando da 5ª Região Militar, no dia 27 de janeiro de 2010. O general Adhemar da Costa Machado Filho assumiu o comando da 5ª Região, que compreende os estados do Paraná e Santa Catarina.

Nova numeração de processos

Desde o dia 1º de janeiro os processos judiciais estão tramitando com um novo sistema de numeração, nos termos da Resolução nº 65, de 16 de dezembro de 2008, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que determina a uniformização do número dos processos nos órgãos do Poder Judiciário. Esta numeração é composta pelos seguintes campos: número sequencial do processo por unidade de origem, dígito verificador, ano do início do processo, órgão do Poder Judiciário (a Justiça do Trabalho tem o número 5), Tribunal de origem e unidade de origem do processo; neste caso, a Vara do Trabalho.

A pesquisa pela nova numeração já está disponível no site do TRT-PR na Internet através da opção "PROCESSOS/ Pesquisa Numeração CNJ". Ela já está sendo mostrada ao consultar-se a movimentação dos processos na Internet, através da tela de cadastro/consulta de autos no SUAP, e está sendo impressa nas

capas dos processos. Os demais documentos emitidos pelo SUAP serão alterados oportunamente.



Tela disponível no site do TRT-PR com informações sobre o processo

TRT-PR organizará encontro de bibliotecários e documentalistas da Justiça do Trabalho

Bibliotecários e documentalistas dos TRTs discutirão em Curitiba, de 20 a 22 de outubro, o uso da informação e da tecnologia para garantir apoio ao trabalho dos magistrados e servidores da Justiça do Trabalho. Este será o décimo-primeiro encontro nacional do setor.

A Biblioteconomia e a documentação são ciências voltadas ao registro, organização e recuperação da informação documental. Diante de novas perspectivas tecnológicas e a partir da recomendação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, 23 regionais trabalhistas adotaram o SIABI - Sistema de Informação e Automação de Bibliotecas, onde estão depositadas as expectativas para a inclusão no Portal da Justiça do Trabalho, de um serviço de consulta ao acervo de todas as bibliotecas da Justiça do Trabalho, como item integrante e fundamental para o conceito de Portal do Conhecimento.

Para Sônia Locatelli, diretora do Serviço de Biblioteca e Jurisprudência, "a implementação de dados na Web, através do SIABI, dentro das normas científicas da biblioteconomia e de padrão internacional, permitindo o intercâmbio de dados entre unidades de documen-

tação, de nível nacional e internacional, é um passo fundamental a ser implementado".

O encontro deve debater ainda a padronização de procedimentos, o estabelecimento de modelos de rotinas e padrões mínimos de acervo e serviços e um plano de metas plurianual para esse serviço na Justiça do Trabalho.

Luiz Munhoz



Servidoras da Biblioteca que organizarão o Encontro de Bibliotecários e Documentalistas da Justiça do Trabalho

Água, energia e papel são os principais focos da responsabilidade social do TRT

A comissão incentiva a racionalização do consumo, o reuso e a reciclagem, no ambiente de trabalho e nas residências

Os dois principais insumos ambientais urbanos, água e energia, receberam os maiores esforços da Comissão de Responsabilidade Sócio-Econômica e Ambiental, desde que ela foi criada, em 2007. As ações voltam-se diretamente para a racionalização do consumo de água, energia, telefone, material de consumo e coleta seletiva de resíduos. Foram implantadas iniciativas como o uso preferencial de mensagens eletrônicas, uso do papel reciclável, impressão em frente e verso, reaproveitamento de envelopes, criação do carimbo “papel reutilizado – este lado sem efeito”, aquisição de impressoras frente e verso e distribuição de “canecas ecológicas”, para sensibilizar o público interno.

A Comissão incentiva a extensão das mesmas atitudes fora das unidades de trabalho. O uso de lâmpadas fluorescentes, por exemplo, reduz significativamente o consumo de energia nas residências, além de essas lâmpadas durarem mais que as incandescentes. Melhor ainda, para o ambiente, é o aproveitamento da luz natural, de preferência com vidros que utilizam filtros de radiação - eles permitem a entrada da luz, mas impedem a entrada de radiações que aquecem o ambiente.

Providências que diminuem o consumo de água são importantes não apenas para a redução do valor a ser pago em tarifas para a companhia de saneamento, mas também para a preservação do meio ambiente. Por isso pode ser de grande valia considerar a possibilidade de substituir o uso de alavancas para descarga contínua de água nos sanitários por dispositivos de baixo fluxo, tais como as bacias sanitárias com caixas de descarga acopladas.

Tanto nas residências como no local de trabalho devem ser feitas vistorias periódicas (pelo menos uma por semestre) no sistema hidráulico para verificar vazamentos em torneiras e vasos sanitários.

Uma torneira pingando uma gota a cada 5 segundos representa mais de 20 litros de água desperdiçados em apenas um dia. Também evita-se desperdício manter a torneira fechada durante algumas tarefas cotidianas, como escovar os dentes, ensaboar a louça e fazer a barba. Reutilizar a água em uma casa é outra atitude inteligente. A água do último enxágüe da máquina de lavar pode, por exemplo, ser utilizada para a limpeza doméstica, para a rega das plantas, e até para dar descarga nos banheiros. A propósito: juntar roupa em quantidade suficiente para encher a máquina de lavar antes de ligá-la, para utilizar o aparelho na sua capacidade máxima, é uma maneira de economizar água.

